

## **PLANO TRIENAL: UMA VISÃO CRÍTICA**

Rubens Augusto de Miranda  
CEDEPLAR-UFMG

Elaborado em apenas alguns meses, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi apresentado pelo presidente João Goulart em dezembro de 1962 como resposta à deterioração dos principais indicadores da economia brasileira. No que se refere ao crescimento econômico, a economia passava por uma frenagem em decorrência, dentre outros motivos, da maturação dos grandes investimentos provenientes do Plano de Metas. Como agravante desta situação já delicada, a inflação atingia patamares nunca vistos no Brasil, passando de 50% ao ano. Mais tarde esse cenário seria visto como o início da primeira experiência de estagflação do período do processo de substituição de importações iniciado na década de 1930. Acompanhando a crise econômica, no campo político o Brasil agonizava frente à radicalização política. O Congresso e a Nação dividiam-se em duas alas antagônicas: os nacionalistas (para os opositores, “xenófobos” ou “comunistas”) e os liberais (“entreguistas” para os seus opositores).

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi apresentado no dia 30 de dezembro de 1962 em meio a uma situação política, social, econômica e financeira caótica, em que o governo buscava um caminho que assegurasse a solução dos problemas mais prementes. Nestas circunstâncias, o Plano Trienal consubstanciou-se na esperança da nação na solução de tais problemas, procurando interpretar as aspirações econômico-sociais mais imediatas, fixando-as como objetivos do Plano. Apesar da expectativa de lançamento de um Plano tipicamente desenvolvimentista, já que este foi elaborado por uma equipe comandada por Celso Furtado, este fazia várias concessões à ortodoxia. O Plano incluía propostas de estabilização e de reformas estruturais e dentre os objetivos específicos do trabalho, mencionam-se: investigar quais são, exatamente, as propostas do referido Plano e se as mesmas mostram-se coerentes quando confrontadas entre si, tendo em vista o momento histórico em que foram formuladas.

Mesmo falhando na execução de uma política antiinflacionária, como também nas políticas de promoção do crescimento e desenvolvimento, não se deve menosprezar a contribuição do Plano Trienal. O tempo relativamente curto, a resistência política, a escassez de dados estatísticos adequados, a inexistência de instrumentos adequados de ação assim como o desconhecimento de todos os efeitos na utilização do instrumental existente, tudo isso impedia um planejamento adequado no país. A resistência política é um ponto que vale ser ressaltado. A dificuldade do governo de impor suas

políticas estava intimamente relacionada à falta de legitimidade deste, pois a vitória do movimento da “legalidade” não galgara o consenso necessário para o Jango se firmar como autoridade legítima, ou seja, pelo reconhecimento por parte dos demais atores relevantes do jogo político sobre sua legitimidade. Assim, as ações do governo Goulart durante todo o período estariam centradas na busca desta legitimidade, para o que se exigia certo consenso político e uma correlação de forças políticas que o sustentasse. A busca deste foi ensaiada, no início de 1963, com o Plano Trienal.

O próprio Plano Trienal era lúcido acerca das limitações da implementação do planejamento. Em seu texto dizia que: “A planificação econômica não é objetivo que possa ser alcançado de uma vez. Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comportem” (Plano Trienal, p. 16). Logo em seguida este afirma que “a experiência de outros países tem indicado que são necessários alguns anos para alcançar uma eficácia na execução de um plano bem concebido” (*Ibidem*, p.16), ou seja, dois aspectos que o próprio Plano era carente. O Plano Trienal assume o seu caráter embrionário da efetiva implementação do planejamento econômico no país, assim como a dificuldade na obtenção de sucesso, em relação às suas metas, mas frisa que os aspectos positivos a serem observados deveriam ser outros, tais como a hierarquização de problemas, obtenção de um maior conhecimento da realidade brasileira, para assim criar pré-condições para uma ação de planejamento bem sucedida no futuro. Nos planos econômicos posteriores, o conhecimento que se tinha da economia brasileira e dos instrumentos de política econômica só foi adquirido mediante experiências como a do Plano Trienal, que ordenou problemas, suscitou debates e pesquisas. Com o “aprendizado” proporcionado pelo Plano Trienal, pôde-se, mais tarde, compreender os impactos da inflação corretiva, da inflação de custos, da importância da política salarial nas políticas de estabilização, entre outros. Assim, sua importância, em vez de aparecer no cumprimento de suas metas, será observada no sucesso dos planos futuros.